

Sumário

Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta às 09 horas e 05 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.) – *Iniciou-se com uma Declaração Política do MPD, apresentada pelo Sr. Deputado Armindo da Luz, sobre a posição de Cabo Verde no Índice de Percepção de Corrupção e no Índice de Democracia.*

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Miguel Monteiro (MPD), Carlos Monteiro (MPD), Felisberto Vieira (PAICV), Joana Rosa (MPD), António Monteiro (UCID) e Armindo da Luz (MPD).

O Sr. Deputado Júlio Correia (PAICV) interpelou a Mesa.

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) solicitou a palavra para reagir, ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, em nome da Bancada, à intervenção do Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD), mas tal pedido foi recusado.

Dando continuidade ao P. Q. G. D. P., a Sra. Deputada Gisélle Almeida (PAICV) fez uma intervenção sobre as preocupações da diáspora cabo-verdiana do continente africano, nomeadamente as dificuldades para o acesso à nacionalidade cabo-verdiana e feitura do passaporte por parte da comunidade que vive na Costa do Marfim e a pensão de sobrevivência na diáspora, tendo os Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD) e Emanuel Barbosa (MPD) prestado esclarecimentos.

O Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV) interveio a propósito do abastecimento de água potável à comunidade de Chã das Caldeiras, na ilha do Fogo.

Na sequência, para além do referido Deputado, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Luís Alves (MPD), Eva Ortet (PAICV), António Monteiro (UCID), Filipe Santos (MPD) e Alcides de Pina (MPD).

Ao intervir, o Sr. Deputado Pedro Silva (MPD) falou sobre bolsas de estudos para as comunidades cabo-verdianas residentes no exterior.

A Sra. Deputada Ana Paula Santos (PAICV) fez uma intervenção em relação à situação social e laboral na ilha do Sal.

Na sequência, para além da referida Deputada, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), Walter Évora (PAICV) e Georgina Gemiê (MPD).

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Francisco Correia (MPD) retomou a questão da situação laboral na ilha do Sal.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interveio relativamente ao corte no serviço de internet que aconteceu no País, há dois dias, e o seu impacto.

Na sequência, para além do referido Deputado, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Carlos Monteiro (MPD) e Nuías Silva (PAICV).

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), na sua intervenção, retomou a questão do corte no serviço de internet que aconteceu no País, esclarecendo que se tratou de um problema técnico.

Na sequência, para além do referido Deputado, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Luís Carlos Silva (MPD) e Carlos Monteiro (MPD).

Para interpelar a Mesa, usaram da palavra os Srs. Deputados Felisberto Vieira (PAICV), Rui Semedo (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD).

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID), na sua intervenção, falou sobre a problemática social, solicitando ao Governo mais atenção às famílias que vivem na zona de Casa Lata, cidade da Praia; a estrada à Ribeira de Vinha e a Santa Filomena, em São Vicente; e o acesso à água para agricultura em Santo Antão, nomeadamente na zona de Morro de Cavallo, chamando a atenção do Governo para a resolução dessa questão.

Na sequência, os Srs. Deputados Damião Medina (MPD) e Lúcia dos Passos (MPD) prestaram esclarecimentos.

O Sr. Deputado Odailson Bandeira (PAICV) fez uma intervenção sobre a não emissão do passaporte na ilha de São Nicolau, de entre outros assuntos.

O Sr. Ministro do Estado e Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire) interveio sobre os assuntos levantados pelos Srs. Deputados no Período de Questões Gerais e Declarações Políticas, designadamente sobre a comunidade cabo-verdiana residente na Costa do Marfim; a situação laboral na ilha do Sal; a questão do apagão da internet no País no dia 22; a questão de reabilitação das habitações, das casas de lata em São Vicente, bem como os investimentos feitos pelo País na fibra óptica para melhorar os serviços de internet no País.

Na sequência, usaram da palavra para esclarecimentos, os Srs. Deputados Manuel Inocêncio Sousa (PAICV), António Monteiro (UCID) e Carlos Monteiro (MPD).

A Sra. Deputada Isa Costa (MPD), na sua intervenção, referiu-se ao desenvolvimento actual da população de São Domingos, designadamente a asfaltagem da estrada de Praia Baixo, cujo publicação saiu no Boletim Oficial.

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) interveio sobre a visão sistémica e estratégica de desenvolvimento do País.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – Iniciou-se com a discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que aprova o Estatuto da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, cuja apresentação foi feita pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia).

Na sequência, a Sra. Deputada Vera Almeida (PAICV) procedeu à leitura do Relatório- parecer da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

Aberto um período de esclarecimentos, o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) usou da palavra, para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Já no período de debate, intervieram os Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD), Julião Varela (PAICV), Dora Oriana Pires (UCID) e Nuías Silva (PAICV), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças. Após o debate o Sr. Presidente informou que o diploma estava habilitado para a votação à hora marcada (16 horas e 30 minutos).

A seguir, passou-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para alterar o Código Marítimo, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº14/2010, de 15 de Novembro, cuja apresentação foi feita pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Os Srs. Deputados João Gomes (MPD) e Moisés Borges (PAICV) procederam à leitura sucinta dos relatórios- pareceres da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado e da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território, respectivamente.

No período de esclarecimentos, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Carlos Silva (MPD), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Já no período de debate usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados João Gomes (MPD), Julião Varela (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), João dos Santos Luís (UCID) e Rui Semedo (PAICV), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 39 minutos tendo sido retomada às 14 horas e 34 minutos.

Deu-se continuidade à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para alterar o Código Marítimo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 14/2010 de 15 de Novembro.

Participaram no debate, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados João Gomes (MPD), António Monteiro (UCID), Rui Semedo (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), Julião Varela (PAICV) e Milton Paiva (MPD).

Submetida à votação, na generalidade, a Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para alterar o Código Marítimo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 14/2010 de 15 de Novembro, foi aprovada com 52 votos a favor, sendo 34 do MPD e 18 do PAICV, e 3 votos abstenção da UCID.

Proferiram declarações de voto, os Srs. Deputados António Monteiro (UCID), Julião Varela (PAICV) e João Gomes (MPD).

Seguidamente, passou-se à discussão, na especialidade, da referida Proposta de Lei, tendo o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças feito a apresentação do artigos, de 1º a 4º, os quais foram aprovados sem alterações. Entretanto, a votação final Global do Diploma ficou agendada para o período de votações.

Depois, o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças procedeu à apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que revoga o Regime Jurídico das Instituições de Crédito de Autorização Restrita. Na sequência, os Srs. Deputados José Jorge Siva (PAICV) e José Maria Gomes da Veiga (PAICV) fizeram a leitura dos relatórios-pareceres das Comissões Especializadas, respectivamente.

Foi aberto um período de esclarecimentos, durante o qual usaram da palavra o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) e o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Seguiu-se o período do debate, tendo usado da palavra, a título diverso, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados José Jorge Silva (PAICV), Armindo da Luz (MPD), António Monteiro (UCID), João Baptista Pereira (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), Nuías Silva (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), Emanuel Barbosa (MPD) para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

O referido diploma ficou habilitado para a votação na generalidade no período de votações.

A seguir, fizeram interpelações à Mesa sobre a continuação dos trabalhos parlamentares os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD) e Rui Semedo (PAICV).

Quando eram 16 horas e 53 minutos, o Sr. Presidente suspendeu a Reunião Plenária para uma Conferência de Representantes, sobre a continuação dos trabalhos parlamentares, tendo sido retomada às 17 horas e 02 minutos.

O Sr. Presidente informou que somente a Sra. Deputada e Líder Parlamentar Joana Rosa (MPD) compareceu na Conferência de Representantes e que a agenda da Sessão seria cumprida sem alterações.

De seguida, iniciou-se a discussão na generalidade da Proposta de lei que estabelece o regime jurídico da comunicação de irregularidades em Instituições Financeiras e Sociedades Cotadas, tendo o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças feito a apresentação do diploma.

Na sequência, os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), Armindo da Luz (MPD) e José Maria Fernandes da Veiga (PAICV), procederam, respectivamente, à leitura do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado; da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento e da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território.

O Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV) usou da palavra para pedir uma suspensão de 30 minutos, tendo a Reunião Plenária sido suspensa à 17 horas e 14 minutos e retomada às 17 horas e 55 minutos.

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) usou da palavra para lavrar um protesto, ao abrigo do artigo 124º do Regimento da Assembleia Nacional.

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título os Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), José Maria Fernandes da Veiga (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), Nuías Silva (PAICV), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Durante o debate o Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) interpelou a Mesa. O referido diploma ficou habilitado para a votação na generalidade no período de votações.

De seguida, a Sra. Secretária da Mesa (Mircéa Delgado) procedeu a leitura do Projeto de Resolução de alteração da Resolução nº 5/IX/2016, de 13 de junho, com alterações introduzidas pela Resolução nº 19/IX/2016, de 8 de novembro, Resolução nº 31/IX/2017, de 3 de junho, Resolução nº 67/IX/2018, de 15 de janeiro e pela Resolução nº 77/IX/2018, de 12 de março, que fixa o número e a designação das comissões especializadas e determina os seus respetivos membros, tendo sido aprovada.

Posteriormente, apresentou o Projeto de Resolução que altera a Resolução nº 8/IX/2016, que designa os Deputados que integram a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (APCPLP), tendo também ficado aprovado.

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º (votação à hora marcada) do Regimento da Assembleia Nacional foram submetidos à votação os seguintes diplomas:

Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei nº41/VI/2004, de 5 de abril, que estabelece as bases do Serviço Nacional de Saúde (Votação Final Global);

Proposta de Lei que aprova o regime jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural (Votação na Generalidade);

Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Código do Mercado dos Valores Mobiliários (Votação na Generalidade);

Proposta de Lei que aprova o Estatuto da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (Votação na Generalidade);

Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para alterar o Código Marítimo, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº14/2010, de 15 de novembro (Votação Final Global);

Proposta de Lei que revoga o Regime Jurídico das Instituições de Crédito de Autorização Restrita (Votação na Generalidade);

Proposta de lei que estabelece o regime jurídico da comunicação de irregularidades em Instituições Financeiras e Sociedades Cotadas (Votação na Generalidade);

Votação do Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Giovanni Rodrigues.

A Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei nº41/VI/2004, de 5 de abril, que estabelece as bases do Serviço Nacional de Saúde foi aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes, com 51 votos a favor, sendo 34 do MPD, 16 do PAICV e 1 da UCID.

De seguida, procedeu-se à votação da Proposta de Lei que aprova o regime jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural, tendo sido também aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes, com 51 votos a favor, sendo 34 do MPD, 16 do PAICV e 1 da UCID.

Proferiram declarações de votos os Srs. Deputados Ana Paula Moeda (PAICV), Carlos Lopes (MPD) e Dora Oriana (UCID).

A seguir, a Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Código do Mercado dos Valores Mobiliários foi aprovada com 34 votos a favor do MPD; nenhum voto contra; e 20 votos abstenção, sendo 18 do PAICV e 2 da UCID.

Na sequência, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV), Armindo da Luz (MPD) e João dos Santos Luís (UCID).

A Proposta de Lei que aprova o Estatuto da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde foi aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes, com 54 votos a favor, sendo 34 do MPD, 18 do PAICV e 2 da UCID.

A Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para alterar o Código Marítimo, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº14/2010, de 15 de novembro foi aprovada com 52 votos a favor, sendo 34 do MPD e 18 do PAICV; nenhum voto contra; e 2 votos abstenção da UCID.

O Sr. Deputados João dos Santos Luís (UCID) proferiu uma Declaração de Voto.

Reunião Plenária de 24 de Janeiro de 2020

A Proposta de Lei que revoga o Regime Jurídico das Instituições de Crédito de Autorização Restrita foi aprovada com 52 votos a favor, sendo 34 do MPD e 18 do PAICV; nenhum voto contra; e 2 votos abstenção da UCID.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Arminda da Luz (MPD) e João dos Santos Luía (UCID).

A Proposta de lei que estabelece o regime jurídico da comunicação de irregularidades em Instituições Financeiras e Sociedades Cotadas foi aprovada com 34 votos a favor do MPD; nenhum voto contra e 20 votos abstenções, sendo 18 do PAICV e 2 da UCID.

Por fim, o Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Giovani Rodrigues foi aprovada pela unanimidade dos Deputados presentes, com 54 votos a favor, sendo 34 do MPD, 18 do PAICV e 2 da UCID.

A Reunião Plenária foi encerrada às 19 horas e 51 minutos, ficando concluída a 2ª Sessão Plenária de Janeiro de 2020.